

MIKE DAVIS

HOLOCAUSTOS
COLONIAIS

Tradução de
ALDA PORTO

SBD-FFLCH-USP



221893



EDITORA RECORD
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2002

Nove

As origens do Terceiro Mundo

Pessoas emaciadas, doença, costelas à mostra, barrigas mur-chas, cadáveres, crianças com olhos rodeados de moscas, com estômagos inchados, crianças morrendo nas ruas, rios cheios de corpos, pessoas vivendo, dormindo, deitando-se, morren-do nas ruas de miséria, mendicância, esqualidez, desgraça, uma massa de humanidade aborígine...

— Harold Isaacs

O que com demasiada freqüência os historiadores rejeitaram como “acidentes cli-máticos” acabou revelando-se bem pouco acidental.¹ Embora suas síncofes sejam complexas e quase periódicas, a ENSO tem uma lógica espacial e temporal corren-te. E, ao contrário da famosa conclusão (eurocêntrica?) de Emmanuel Le Roy Ladurie em *Times of Feast, Times of Famine* de que a mudança de clima tem uma “leve, talvez desprezível” influência sobre as questões humanas, a ENSO é uma força episodicamente poderosa na história da humanidade tropical.² Se, como certa vez observou Raymond Williams, a “natureza contém, embora muitas vezes não perce-bida, uma extraordinária quantidade de história humana”, agora aprendemos que o inverso é igualmente verdadeiro: há na história moderna, ainda negligenciada, uma extraordinária quantidade de instabilidade ambiental.³ A força dos fenômenos da ENSO parece de fato tão esmagadora em alguns casos que é tentador afirmar que as grandes fomes, como as das décadas de 1870 e 1890 (ou, mais recentemente, o desastre saheliano da década de 1970), foram “causadas” pelo El Niño, ou pela ação do El Niño sobre a tradicional miséria agrária. Esta interpretação, claro, inadverti-damente reflete a posição oficial dos britânicos na Índia vitoriana, recapitulada em

cada relatório de comissão da fome e discurso vice-real: milhões foram mortos por climas extremos, não pelo imperialismo.⁴ Foi essa a verdade?

“Clima ruim” versus “Sistema ruim”

A esta altura, seria imensamente útil ter algumas estratégias para redefinir o que os chineses apresentam rigorosamente como “clima ruim” versus “sistema ruim”. Y. Kueh, como vimos, tentou definir as respectivas influências da seca e da política na produção agrícola durante a fome do Grande Salto Para Frente, de 1958-61. A derivação de seu “índice de tempo”, contudo, envolveu quinze anos de árdua pesquisa e a solução de “uma série de complicados problemas metodológicos e técnicos”, incluindo uma necessária regressão comparativa à década de 1930. Embora seu trabalho seja rico em termos metodológicos, seus índices cruciais dependem de abrangentes dados meteorológicos e econométricos que simplesmente não existem no caso do século XIX. Um ataque direto à estatística na enredada rede causal das fomes de 1876-77 e 1896-1902 parece, portanto, impossível.⁵

Uma das alternativas é reconstruir uma “experiência natural”. Como defendeu Jared Diamond, em recente sermão aos historiadores, essa experiência devia comparar sistemas “que diferem na presença ou ausência (ou no efeito forte ou fraco) de um suposto fator causa”.⁶ Na verdade, precisamos idealmente, em outras palavras, de um análogo para as fomes de fins da era vitoriana, em que os parâmetros naturais são constantes, mas as variáveis sociais têm significativas diferenças. Um excelente candidato do qual temos documentação em extraordinários detalhes é o fenômeno do El Niño de 1743-44 (descrito como “excepcional” por Whetton e Rutherford) e seu impacto sobre a planície do norte da China.⁷ Embora não de tão longo alcance em termos geográficos quanto as grandes secas da ENSO de 1876-78 ou 1899-1900, esse El Niño, fora isso, prefigurou a intensidade dos demais. As chuvas de primavera não chegaram em dois anos consecutivos, devastando o trigo de inverno em Hebei (Zhili) e no norte de Shandong. Ventos fortes fizeram murchar as plantações e agricultores tombaram mortos de insolação em seus campos. O abastecimento de grãos provincial foi totalmente inadequado para o grau de necessidade. Mas, ao contrário de fins do século XIX, não houve mortalidade em massa por fome nem por doença. Por que não?

Pierre-Etienne Will reconstruiu com todo o cuidado, a partir de registros contemporâneos, a fascinante história da campanha de socorro de 1743-44. Sob a admi-

nistração confuciana de Fang Guancheng, o perito agrícola e hidráulico que dirigiu as operações de socorro em Zhili, os célebres silos “sempre normais” em cada município logo começaram a distribuir rações (sem qualquer teste de trabalho) aos camponeses nos municípios atingidos reconhecidos oficialmente.⁸ (A pequena fidalguia rural local já organizara a sopa dos pobres para garantir a sobrevivência dos moradores mais carentes até começar a distribuição do Estado.) Quando o abastecimento local acabou sendo insuficiente, Guancheng transferiu sorgo e arroz do imenso depósito de grãos de tributo, em Tongcang, no final do Grande Canal, depois usou o canal para deslocar enormes quantidades de arroz do Sul. Dois milhões de camponeses foram mantidos durante oito meses, até que a volta das chuvas tornasse mais uma vez possível a agricultura. Os 85 por cento dos últimos grãos de socorro haviam sido tomados de empréstimo aos depósitos de tributo ou de celeiros fora do raio da seca.⁹

Como enfatiza Will, foi uma defesa contra a fome em profundidade, a “última palavra em tecnologia na época”. Nenhuma sociedade europeia contemporânea garantia a subsistência como um direito humano dos camponeses (*ming-sheng* é o termo em chinês), nem, como se maravilharam mais tarde os fisiocratas, poderia qualquer uma emular “a perfeita pontualidade das operações [de Guancheng]: a ação tomada procurava sempre acompanhar os acontecimentos e mesmo antecipar-se a eles”.¹⁰ De fato, enquanto os chings honravam seu contrato social com os camponeses, os europeus contemporâneos morriam aos milhões de fome e doenças relacionadas após invernos árticos e secas de verão em 1740-43. “O pico da mortalidade no início da década de 1740”, enfatiza uma autoridade, “é um destacado fato da história demográfica europeia”.¹¹ Na Idade da Razão da Europa, em outras palavras, as “massas que morriam de fome” eram francesas, irlandesas e calabresas, não chinesas.

Além disso, “a intervenção realizada em Zhili, em 1743 e 1744, não foi a única, nem mesmo a mais extensa do seu tipo no século XVIII”.¹² Na verdade, como indica a Tabela 9.1, a inundação do Rio Amarelo no ano anterior (1742/43) envolveu despesas muito maiores em uma região muito mais extensa. (Além das secas e inunda es correlacionadas   ENSO, mostradas na tabela, Will também documentou sete outras inunda es que exigiram ampla mobiliza o de socorro.) Embora não haja cifras comparáveis, Pequim também agiu agressivamente para ajudar as autoridades de Shandong a impedir a fome durante a série de secas do El Niño que afligiu essa província (e grande parte dos trópicos) entre 1778 e 1787.¹³ O contraste com os caóticos esforços de socorro dos chings em 1877 e 1899 (ou, aliás, a monstruosa maneira como Mao tratou a seca de 1958-61), não poderia ser mais acentuado. A capacidade do Estado na China do século XVIII, como

ênfatazam Will e seus colaboradores, foi impressionante: uma estrutura de qualificados administradores e solucionadores de problemas, um inigualável sistema nacional de estabilização dos preços dos grãos, grandes excedentes agrícolas, silos bem administrados, armazenando mais de um milhão de alqueires de grãos em cada uma das doze províncias, e uma incomparável infra-estrutura hidráulica.¹⁴

Tabela 9.1
Desastres ENSO socorridos pelos chings

	Intensidade Quinn	Províncias	Valor do Socorro
1720/21	Muito forte	Shaanxi	Desconhecido
1742/43	(Inundação)	Jiangsu /Anhui	17 milhões de taéis; 2,3 milhões de shi
1743 /44	Moderado+	Hebei	0,87 milhão taéis; 1 milhão de shi
1778	Forte	Henan	1,6 milhão de taéis; 3 milhões de shi
1779/80	La Niña	Henan	idem
1785	?	Henan	2,8 milhões de taéis

Fonte: Montada a partir da Tabela VII, Whetton e Rutherford, p. 244; e Tabela 20, Will, *Bureaucracy and Famine*, pp. 298-9.

O ponto crucial da segurança alimentar da Era de Ouro era o controle dos preços dos grãos e a organização do abastecimento pelo próprio imperador. Embora os silos sempre normais fossem uma antiga tradição, a monitorização dos preços foi uma importante inovação dos chings. “Grande cuidado era exercido pelos imperadores do século XVIII ao examinar, à procura de incoerências, os relatórios e as listas de preços”. No quinto dia de cada mês, os magistrados *hsien* enviavam detalhados relatórios de preços às prefeituras, que os resumiam para os governadores provinciais, que por sua vez transmitiam seu conteúdo em informes ao governo central.¹⁵ Minuciosamente estudados e anotados pelos imperadores, esses “documentos” testemunham um extraordinário compromisso com a administração de garantia alimentar e o bem-estar rural. “Nas décadas de 1720 e 1730”, escreve R. Bin Wong, “o imperador Yongzheng examinou pessoalmente as operações de armazenamento dos silos, como fez com todas as outras atividades burocráticas; seu intenso interesse pelos esforços oficiais e sua prontidão para repreender funcionários pelo que considerava defeitos explicam, em parte, o desenvolvimento das operações de formação de estoques, além dos níveis alcançados em fins do período Kangxi”.¹⁶ Yongzheng também puniu rigorosamente a especulação pelas “famílias ricas [que] em sua busca de lucro açambarcavam milhares ou milhões de grãos”.¹⁷

Seu sucessor, Qianlong, deu ordens aos prefeitos para que enviassem os relatórios dos preços ao nível municipal diretamente ao Departamento da Receita em Pequim, para poder estudá-los em primeira mão. O intenso envolvimento pessoal dos imperadores garantia um alto padrão de exatidão nos relatórios de preços e, como demonstra Endymion Wilkinson, levava muitas vezes a importantes reformas.¹⁸ Era mais uma *differentia specifica* do absolutismo Ching. É difícil imaginar um Luís XVI passando as noites nesse exame escrupuloso, debruçado sobre as minutas dos preços de grãos de Limoges ou Auvergne, embora o esforço talvez houvesse, em última instância, afastado sua cabeça da guilhotina.

Tampouco é fácil imaginar um monarca europeu intimamente envolvido em obras públicas na mesma medida em que os chings, como rotina, mergulhavam nos detalhes do sistema de transporte de grãos do Grande Canal. “Os próprios imperadores manchus”, observa Jane Leonard, “estavam envolvidos desde os primeiros reinados no gerenciamento do Canal, não apenas em grandes questões políticas, mas no controle e supervisão das menores tarefas administrativas”. Quando, por exemplo, a inundação de 1824 destruiu partes do Grande Canal na crítica junção do Rio Amarelo com o Huai, o imperador Tao-kuang em pessoa assumiu o comando dos trabalhos de reconstrução.¹⁹

Em contraposição, além disso, aos estereótipos ocidentais posteriores de um passivo estado chinês, o governo durante a prepotente era Ching envolvia-se de forma participativa na prevenção da fome através de um amplo programa de investimento em melhoria agrícola, irrigação e transporte por água. Entre outras coisas, salienta Joseph Needham, o século XVIII foi uma era de ouro para o trabalho teórico e histórico no controle de inundações e construção de canais. Os engenheiros civis eram canonizados e tinham templos erguidos em sua honra.²⁰ Os ativistas confucianos, como Guancheng, pelo profundo compromisso com a intensificação agrícola, “tendiam a dar superior prioridade aos investimentos em infra-estrutura e considerar a organização do socorro alimentar apenas uma improvisação”. Guancheng também escreveu um famoso manual (origem de grande parte do trabalho de Will) que codificava historicamente os testados princípios de prevenção de desastres e administração de socorro: outra coisa pouco comum na retrógrada tradição européia.²¹

Por fim, há abundantes indícios de que os camponeses do norte da China, durante a alta dinastia Ching, eram mais independentes em termos nutricionais e menos vulneráveis à tensão climática que seus descendentes, um século depois. No século XVIII, depois que o imperador Kangxi congelou permanentemente o imposto territorial no nível de 1712, a China teve “a mais branda taxaço

agrária que já conhecera em toda sua história".²² Dwight Perkins estima que o imposto territorial formal era de apenas 5 a 6 por cento da colheita, e grande parte gasta localmente pelo *hsien* e governos provinciais.²³ Do mesmo modo, a relação de troca entre cunhagem de prata e cobre, que se voltou tão desastrosamente contra os pobres camponeses no século XIX, foi estabilizada pela intensa produção de cobre das minas de Yunnan (substituindo as importações japonesas) e o grande influxo de ouro em barras mexicano proporcionado pelo enorme excedente comercial da China.²⁴ Ao contrário de seus equivalentes franceses contemporâneos, os camponeses da planície do Rio Amarelo (cuja grande maioria possuía sua terra) não foram esmagados por impostos exorbitantes nem reduzidos a pó pelos aluguéis feudais. O norte da China, em particular, era extraordinariamente próspero pelos padrões históricos, e Will estima que a percentagem da população rural que normalmente vivia próxima ao limite da fome — dependendo, por exemplo, de cascas e legumes silvestres para parcela significativa de sua dieta, era inferior a 2 por cento.²⁵ Em consequência, as doenças epidêmicas, ao contrário do que acontecera na Europa, foram mantidas sob controle durante a maior parte da "Era de Ouro".²⁶

Contudo, mesmo Fang Guancheng poderia ter lidado com os desastres da seca que engoliu a parte maior do norte da China, na escala de 1876 ou até de 1899? É importante pesar esta pergunta cuidadosamente, pois as secas/fomes no século XVIII eram mais localizadas, e a seca de 1876, como vimos, talvez tenha sido um fenômeno com ciclo de repetição de 200 ou até mesmo 500 anos. Além disso, as secas de fins do período vitoriano tiveram particular intensidade nos planaltos de loesse de Shanxi e Shaanxi, onde os custos de transporte eram mais altos e os gargalos inevitáveis. É razoável, portanto, admitir que, em 1743, uma seca da magnitude de 1876 teria inevitavelmente produzido dezenas, talvez até centenas de milhares de mortos em aldeias mais remotas.

Seria improvável, porém, que tal seca, como em fins do século XIX, se transformasse num verdadeiro holocausto e consumisse a maior parte das populações de prefeituras e municípios inteiros. Em contraste com a situação de 1876-77, quando os silos eram esvaziados ou saqueados e os preços subiam rapidamente e saíam de controle, os administradores do século XVIII puderam contar com um grande excedente do orçamento imperial e silos locais bem abastecidos, apoiados por um enorme excedente de arroz no Sul. Os grandes estoques de grãos de tributo, nos estratégicos pontos centrais de transporte em Henan e ao longo dos limites de Shanxi-Shaanxi, foram especialmente designados para o socorro das províncias de loesse, e

copiosas nascentes garantiram a navegabilidade durante todo o ano no Grande Canal.²⁷ Enquanto em 1876 o Estado chinês — enfraquecido e desmoralizado depois do malogro das reformas internas da Restauração Tongzhi — ficou reduzido ao inconstante socorro de dinheiro vivo aumentado por doações, e à humilhante caridade estrangeira, no século XVIII tivera capacidade tecnológica e política para deslocar grãos maciçamente entre as regiões e, desse modo, aliviar a fome em escala maior que qualquer sociedade organizada da história mundial.²⁸

"Leis de couro" versus "Leis de ferro"

E a fome na Índia pré-britânica? Mais uma vez, há poucos indícios de que a Índia rural passara por crises de subsistência na escala da catástrofe de Bengala de 1770, sob o domínio da Companhia da Índia Oriental, ou o longo cerco de doenças e fome entre 1875 e 1920, que diminuíram o ritmo do crescimento da população quase à paralisação. Os mongóis, na verdade, não dispunham de nada semelhante aos recursos do centralizado estado Ching em seu apogeu do século XVIII, nem sua história administrativa foi bem documentada. Como observou Sanjay Sharma: "Os problemas de interferência na complexa rede de mercados locais e gargalos de transporte baseados em castas tornaram bastante difícil uma eficaz intervenção do Estado".²⁹

Por outro lado, beneficiando-se talvez de um ciclo da ENSO mais brando, a Índia dos mongóis ficou em geral livre da fome até a década de 1770. Há consideráveis indícios, além disso, de que na Índia pré-britânica, antes da criação de um mercado nacional de grãos dotado de ferrovias, as reservas de comida nas aldeias eram maiores, o bem-estar patrimonial mais difundido, e os preços dos grãos em áreas de excedentes mais bem protegidos contra a especulação.³⁰ (Como vimos, a perversa consequência do mercado unitário foi exportar a fome, pela inflação de preços, para os distritos rurais pobres em excedente de grãos.) Os britânicos, claro, tinham interesses em afirmar que haviam libertado a população da Idade Média do despotismo mongol: "Um dos fundamentos do Governo da Coroa era a crença em que (...) o passado da Índia era cheio de depravação".³¹ Mas, como observam Bose e Jalal, "o retrato de camponeses emagrecidos e oprimidos, impiedosamente explorados pelo imperador e sua nobreza, vem sendo seriamente alterado à luz de novas interpretações dos fatos".³² Pesquisa recente de Ashok Desai indica que "o padrão médio do consumo de alimentos no império de Akbar era consideravelmente mais alto que na Índia do início da década de 1960".³³

O estado mongol, além disso, “considerava a proteção do camponês como uma obrigação essencial”, e há numerosos exemplos de operações humanitárias, embora esporádicas, de socorro.³⁴ Como seus contemporâneos chineses, os governantes mongóis de Akbar, Shahjahan e Aurangzeb contavam com um quarteto de políticas fundamentais — embargos às exportações de alimentos, regulação de preços contra especulação, taxa de socorro e distribuição de alimentos gratuitas sem exigência de trabalhos forçados — que foram um anátema para os posteriores utilitaristas britânicos.³⁵ Eles também policiavam com zelo o comércio de grãos no interesse público. Como descobriu um horrorizado escritor britânico, esses “déspotas orientais” castigavam os comerciantes que davam troco de menos aos camponeses durante as fomes, amputando um peso equivalente do corpo do mercador.³⁶

Em contraste com a punitiva taxação de irrigação do rajá e sua negligência quanto aos poços e reservatórios, os mongóis usavam subsídios fiscais para promover a conservação de água. Como explica David Hardiman no caso de Gujarat: “As autoridades locais tinham considerável discrição sobre a avaliação de impostos, e sua prática parece ter sido encorajar a boa construção, garantindo concessões fiscais. Na região de Ahmedabad, por exemplo, era comum abrir mão do imposto em uma colheita de *rabi* cultivada pela irrigação de um poço recém-construído. A concessão continuava até as isenções de imposto se equipararem ao custo da construção”.³⁷

De vez em quando, os britânicos reconheciam adequadamente as políticas de seus “antecessores despóticos”. O primeiro Relatório da Comissão da Fome em 1880, por exemplo, citava a extraordinária campanha de socorro de Aurangzeb durante a seca/fome (El Niño?) de 1661: “O Imperador abriu sua tesouraria e doou dinheiro sem restrição. Deu todo incentivo à importação de milho e chegou a vendê-lo a preços reduzidos, ou o distribuiu de graça entre aqueles que eram pobres demais para pagar. Também reconheceu de pronto a necessidade de perdoar os aluguéis dos agricultores e aliviou-os naquele momento de outros impostos. As crônicas vernáculas do período atribuem a seus vigorosos esforços a salvação de milhões de vidas e a preservação de muitas províncias”.³⁸

A segurança alimentar na certa também era melhor no Deccan durante o período do governo maratha. Como admitiu Mountstuart Elphinstone em retrospecto depois da conquista britânica, “o território dos marathas floresceu, e as pessoas parecem ter sido poupadas de alguns dos males que existem sob nosso Governo perfeitíssimo”.³⁹ Seu contemporâneo, Sir John Malcolm, “afirmou que entre 1770 e 1820 houvera apenas três estações muito ruins na terra dos marathas e, embora alguns anos houvessem sido ‘indiferentes’, nenhum fora ‘ruim o bastante para gerar qualquer angústia

particular’.”⁴⁰ D. E. U. Baker cita um relatório administrativo britânico anterior sobre as Províncias Centrais que comparava os inconstantes esforços de socorro da Companhia da Índia Oriental durante as secas das décadas de 1820 e 1830 (“alguns milhares de rupias”) com a anterior e altamente eficaz política dos marathas de obrigar as elites locais a alimentar os pobres (“caridade forçada de centenas de ricos”).⁴¹ Na verdade, a ordem social dos marathas fundamentava-se em uma classe rural livre militarizada, e “havia muito poucos trabalhadores sem terra”. Em contraste com o sistema *raiyatwari* imposto pelos britânicos, os direitos de ocupação no Deccan maratha não se vinculavam a pagamento de rendas, os impostos variavam de acordo com a colheita, as terras e os recursos comuns eram acessíveis aos pobres e os governantes subsidiavam melhorias da irrigação local com empréstimos baratos *taqavi* (ou *tagai*).⁴² Além disso, observou Elphinstone, os “sóbrios, econômicos e trabalhadores” agricultores marathas viviam numa coexistência em geral tolerante com os bhils e outros povos tribais. As sinergias ecológicas e econômicas equilibravam os diversos direitos à agricultura, pastoreio e desmatamento de contrafortes nas planícies.⁴³

Em contraste com a rigidez e o dogmatismo dos assentamentos de terra e impostos britânicos, tanto os mongóis quanto os marathas adaptavam sob medida seu governo para levar em consideração as cruciais relações ecológicas e imprevisíveis flutuações climáticas das regiões do subcontinente propensas à seca. Os mongóis tinham “leis de couro”, escreveu o jornalista Vaughan Nash durante a fome de 1899, em contraste com as “leis de ferro” britânicas.⁴⁴ Além disso, as tradicionais elites indianas, como os grandes *zamindars* de Bengala, raras vezes compartilharam as obsessões utilitárias com assistência social enganadora e disciplina da mão-de-obra. “Exigir dos pobres que trabalhassem para receber socorro, prática iniciada em 1866 em Bengala sob a influência da Lei dos Pobres vitoriana, estava em franca contradição com a premissa bengalesa de que se devia dar a comida de boa vontade, como um pai alimenta os filhos”.⁴⁵ Embora os britânicos insistissem em que haviam salvo a Índia da “fome eterna”, mais de uma autoridade ficou abalada quando nacionalistas indianos, citados em um estudo de 1878 publicado no prestigioso *Journal of the Statistical Society*, cotejaram trinta e uma fomes sérias em 120 anos de governo britânico, contra apenas dezessete fomes registradas em todos os dois milênios anteriores.⁴⁶

A Índia e a China, em outras palavras, não entraram na história moderna como as impotentes “terras da fome” tão universalmente incutidas na imaginação ocidental. Sem dúvida, a intensidade do ciclo da ENSO em fins do século XIX, talvez só igualada em três ou quatro outras ocasiões no último milênio, deve surgir poderosa, em qualquer explicação das catástrofes das décadas de 1870 e 1890.

Mas dificilmente é a única variável independente. É necessário atribuir peso equiparável, ou maior, à crescente vulnerabilidade social à variabilidade climática que se tornou tão evidente no sul da Ásia, no norte da China, no nordeste do Brasil e no sul da África em fins da era vitoriana. Como afirmou eloquentemente Michael Watts em sua história da “violência silenciosa” da seca/fome na Nigéria colonial: “O risco do clima (...) não é dado pela natureza, mas (...) por ‘acordo negociado’, pois cada sociedade tem meios institucionais, sociais e técnicos para lidar com o risco. (...) As fomes [portanto] são crises sociais que representam as falhas de determinados sistemas econômicos e políticos.”⁴⁷

Perspectivas sobre a vulnerabilidade

Ao longo da última geração, estudiosos produziram uma grande safra de esclarecedoras histórias sociais e econômicas das regiões teleconectadas com as perturbações episódicas da ENSO. A ousadia dessa pesquisa foi demolir ainda mais os estereótipos orientalistas de pobreza e superpopulação imutáveis como as condições prévias naturais das grandes fomes do século XIX. Há convincentes indícios de que os camponeses e trabalhadores agrícolas se tornaram drasticamente mais vulneráveis a desastres naturais após 1850, quando suas economias locais foram violentamente incorporadas ao mercado mundial. O que os administradores e missionários coloniais — às vezes mesmo as elites locais, como no Brasil — viam como a persistência de antigos ciclos de atraso eram estruturas tipicamente modernas do imperialismo formal ou informal.

Da perspectiva da ecologia política, a vulnerabilidade dos agricultores tropicais aos extremos fenômenos climáticos após 1870 foi intensificada por reestruturações simultâneas de laços de família e de aldeia com os sistemas de produção regional, mercados de produtos mundiais e o estado colonial (ou dependente). “Claro, é a constelação dessas relações sociais”, escreve Watts, “que une as famílias e projeta-as na esfera comercial, que determina a forma precisa da vulnerabilidade doméstica. Também foram essas mesmas relações sociais que não estimularam, ou de fato impediram, o desenvolvimento das forças produtivas que poderiam ter diminuído tal vulnerabilidade”. Na verdade, as novas relações sociais de produção, em conjunto com o Novo Imperialismo, “não apenas alteraram a extensão da fome no sentido estatístico, mas mudaram sua própria etiologia”.⁴⁸ Três pontos de articulação com estruturas socioeconômicas maiores foram especialmente decisivos para a subsistência rural do “prototerceiro mundo” de fins do período vitoriano.

Primeiramente, a forçosa incorporação da produção de pequenos proprietários de terra nos circuitos financeiros e de mercadorias controlados do exterior, tendeu a enfraquecer a tradicional segurança alimentar. Recentes estudos confirmam que foi a *adversidade de subsistência* (impostos altos, dívidas crônicas, inadequada medição de hectares, perda de oportunidades de emprego subsidiário, proibição de acesso a recursos comuns, dissolução de obrigações patrimoniais e assim por diante), e não a oportunidade empresarial que promoveu de modo típico a mudança para o cultivo orientado para o mercado. O capital rural, por sua vez, tendeu a ser parasitário, em vez de produtivo, à medida que ricos proprietários de terras transferiam as fortunas, construídas durante grandes expansões das exportações, para a usura, excessivos preços de aluguel de terra e corretagem de colheitas. “Os produtores de gêneros de subsistência, marginais” assinala Hans Medick, “... não se beneficiaram do mercado nessas circunstâncias; foram devorados por ele”.⁴⁹ Medick, escrevendo sobre a análoga classe de pequenos proprietários marginais na Europa “proto-industrial”, oferece uma exemplar descrição do dilema de milhões de camponeses pobres indianos e chineses em fins do século XIX:

Para eles [até mesmo] os preços agrários em ascensão não necessariamente significaram rendas crescentes. Como sua produtividade marginal era baixa e a produção fluuava, os preços agrários em ascensão tendiam a ser uma fonte de dívidas, em vez de oferecer-lhes a oportunidade de acumular excedentes. A “anomalia dos mercados agrários” impôs aos produtores de subsistência marginal uma relação de troca desigual por meio do mercado. (...) Em vez de lucrar com a troca, eles foram forçados pelo mercado a uma progressiva deterioração de suas condições de produção, isto é, a perda de seus títulos de propriedade. Sobretudo em anos de colheitas ruins e preços altos, os produtores insignificantes eram obrigados a comprar grãos adicionais, e, pior, contrair dívidas. Depois, em anos de boas colheitas quando os preços de cereais eram baixos, enfrentavam a dificuldade de livrar-se das dívidas acumuladas antes; devido à baixa produtividade de suas propriedades, não conseguiam produzir quantidades suficientes para vender.⁵⁰

Em conseqüência, a posição dos pequenos produtores rurais na hierarquia econômica internacional equiparou-se à mobilidade descendente ou, na melhor das hipóteses, à estagnação. Há consistentes indícios do norte da China, assim como da Índia e do nordeste do Brasil, de diminuição da riqueza familiar e aumento da fragmentação ou alienação agrária. Estivessem os fazendeiros diretamente comprometidos com capital estrangeiro, como os *khatedars* de Berari e os parceiros

cearenses que alimentaram os moinhos de Lancashire durante a Fome do Algodão, ou simplesmente produzindo para os mercados internos, sujeitos à competição internacional, como os camponeses tecelões de algodão dos *hsiens* boxeres no oeste de Shandong, a comercialização se combinava com o empobrecimento sem qualquer esperança de mudança técnica ou capitalismo agrário.

Segundo, a integração de milhões de agricultores tropicais no mercado mundial durante fins do século XIX foi acompanhada de uma drástica deterioração em suas relações de comércio. A falta de poder de mercado dos camponeses em relação aos comerciantes de colheitas e credores era redobrada pelo declínio do valor de mercado internacional dos seus artigos. A famosa onda recessiva Kondratief, 1873-1897, fez drásticas discriminações geográficas. Como sugere W. Arthur Lewis, apenas a produtividade comparativa ou os custos de transporte não podem explicar uma emergente estrutura de desigual troca global que estimava os produtos da agricultura tropical de forma tão diferente dos da agricultura temperada. “Com exceção do açúcar, todas as mercadorias cujo preço em 1913 era inferior ao de 1883 eram produzidas quase inteiramente nos trópicos. Todas as mercadorias cujos preços subiram durante esse período de trinta anos eram as pelas quais os países temperados eram responsáveis por parte significativa do abastecimento total. A queda nas taxas de frete marítimo afetou mais os preços tropicais do que os temperados, mas isso não devia fazer uma diferença de mais de cinco pontos percentuais”.⁵¹

Terceiro, o imperialismo vitoriano, formal e informal, sustentado pelo automatismo supranacional do Padrão Ouro, confiscou a autonomia fiscal local e impediu as reações de desenvolvimento no nível de Estado — em especial os investimentos em conservação de água e irrigação — que poderiam ter reduzido a vulnerabilidade aos impactos climáticos. Como a famosa queixa de Curzon à Câmara dos Lordes, as tarifas “eram decididas em Londres, não na Índia; no interesse da Inglaterra, não da Índia”.⁵² Além disso, como veremos no capítulo seguinte, qualquer benefício de base trazido pela construção britânica de vias férreas e canais foi em grande parte anulado pela negligência oficial com a irrigação local e o brutal bloqueio de recursos florestais e pastorais. Os ganhos com as exportações, em outras palavras, não retornavam para os pequenos proprietários como incrementos da renda familiar, tampouco como capital social utilizável ou investimento estatal.

Na China, a “normalização” dos preços de grãos e a estabilização ecológica da agricultura na planície do Rio Amarelo foram solapadas por uma interação de crises endógenas e a perda de soberania do comércio externo após as duas Guerras do Ópio. Embora as famintas províncias de loesse talvez parecessem estar desligadas das per-

turbações do mercado mundial em 1877, o destino catastrófico de suas populações foi indiretamente determinado pela intervenção ocidental e o conseqüente declínio da capacidade do Estado de garantir a tradicional assistência social. Do mesmo modo, o esgotamento dos silos “sempre normais” talvez tenha resultado de um ciclo vicioso de múltiplas causas interagindo durante cinquenta anos, mas o golpe de misericórdia foi sem dúvida a recessão estrutural e a permanente crise fiscal engendrada pelas agressões de Palmerston à China na década de 1850. Com a intensificação da pressão estrangeira nas décadas posteriores, os chings, cercados de inimigos, como mostrou Kenneth Pomeranz, foram forçados a abandonar suas duas obrigações tradicionais, o controle hidráulico e o armazenamento de grãos nas províncias do Rio Amarelo, a fim de concentrarem-se na defesa do seu ameaçado litoral comercial.⁵³

Da mesma forma o controle britânico sobre a dívida externa do Brasil, portanto de sua capacidade fiscal, ajuda a explicar o malogro do império ou de sua república sucessora em iniciar qualquer esforço de desenvolvimento que amenizasse a seca no sertão. Os conflitos econômicos sem resultado entre as regiões ascendentes e decadentes do Brasil ocorreram num contexto estrutural em que os bancos de Londres, especialmente os Rothschilds, acabaram sendo os donos do dinheiro. Em comum com a Índia e a China, a incapacidade política de regular a interação com o mercado mundial no exato instante em que a subsistência em massa dependia cada vez mais do acesso a alimentos adquiridos no mercado internacional, tornou-se um sinistro silogismo para a fome. Além disso, nos três casos do Deccan, da bacia do Rio Amarelo e do Nordeste, antigas regiões, “núcleos” dos sistemas de poder subcontinentais do século XVIII, foram sucessivamente transformadas em periferias famintas de uma economia mundial centralizada em Londres.

A elaboração dessas teses, como ocorre sempre na explicação geoistórica, convida a uma análise mais profunda em diferentes ampliações. Antes de considerar os estudos de caso do empobrecimento rural em regiões-chave devastadas pelos fenômenos El Niño nas décadas de 1870 e 1890, ou examinar as relações entre imperialismo, capacidade de Estado e crise ecológica no nível de aldeia, é necessária uma breve discussão sobre como as posições estruturais indianas e chinesas (os grandes batalhões do futuro Terceiro Mundo) na economia mundial mudaram no curso do século XIX. A compreensão de como a humanidade tropical perdeu tanto terreno econômico para os europeus ocidentais após 1850 percorre um longo caminho para explicar por que a fome conseguiu produzir tamanhas hecatombes nos anos El Niño. Como uma base para entender as origens da desigualdade global moderna (e esta é a questão fundamental), os hercúleos trabalhos estatísticos de Paul Bairoch e Angus

Maddison ao longo dos últimos trinta anos foram complementados por recentes estudos de caso comparativos dos padrões de vida europeus e asiáticos.

A derrota da Ásia

A famosa afirmação de Bairoch, corroborada por Maddison, é que as diferenças de renda e riqueza entre as grandes civilizações do século XVIII eram relativamente pequenas: “É muito provável que, em meados do século XVIII, o padrão de vida médio na Europa fosse um tanto inferior ao do resto do mundo”.⁵⁴ Quando os *sans culottes* atacaram a Bastilha, os maiores distritos manufatureiros do mundo ainda eram o Delta do Yangzi e Bengala, com Ligan (Guangdong e Guangxi modernas) e a litorânea Madras não muito atrás.⁵⁵ Só a Índia produzia um quarto dos produtos manufaturados do mundo e, embora a “produtividade da mão-de-obra agrícola pré-capitalista fosse talvez inferior ao nível japonês/chinês, seu capital comercial ultrapassava o dos chineses”.⁵⁶

Como mostrou recentemente Prasanna Parthasarathi, o estereótipo do trabalhador indiano como um miserável semifaminto de tanga desmorona diante de novos dados sobre padrões comparativos de vida. “Na verdade, há convincentes indícios de que os trabalhadores no sul indiano tinham ganhos superiores aos seus equivalentes britânicos no século XVIII e levavam vidas com maior segurança financeira.” Como a produtividade de terra era mais alta no sul da Índia, tecelões e outros artesãos gozavam de dietas alimentares melhores que a média dos europeus. Mais importante, suas taxas de desemprego tendiam a ser mais baixas porque eles possuíam direitos de contrato superiores e exerciam maior poder econômico. Contudo, mesmo os trabalhadores agrícolas párias em Madras ganhavam mais em termos reais do que os trabalhadores rurais ingleses.⁵⁷ (Em contraposição, Romesh Chunder Dutt estimou que por volta de 1900, a renda familiar britânica média era 21 vezes mais alta.)⁵⁸

Uma nova pesquisa de historiadores chineses também contesta as tradicionais concepções do crescimento econômico comparativo. Referindo-se ao inovador trabalho de Li Bozhong, Philip Huang nota que “o destacado representante dessa nova tendência acadêmica chegou a afirmar que o desenvolvimento econômico global do Delta do Yangzi na Dinastia Ching excedeu ao dos ‘primórdios’ da Inglaterra moderna”.⁵⁹ De modo semelhante, Bin Wong enfatizou recentemente que as “condições específicas associadas à proto-industrialização europeia — expansão de ofícios sazonais, redução das dimensões de fazendas e bons sistemas de

comercialização — talvez houvessem sido ainda mais difundidas na China [e na Índia] do que na Europa”.⁶⁰ “A alfabetização básica funcional”, acrescenta F. Mote, “era mais disseminada que nos países ocidentais naquela época, incluindo a de mulheres em todos os níveis sociais.”⁶¹

Tabela 9.2
Parcelas do PMB mundial
(Percentual)

	1700	1820	1890	1952
China	23,1	32,4	13,2	5,2
Índia	22,6	15,7	11,0	3,8
Europa	23,3	26,6	40,3	29,7

Fonte: Angus Maddison, *Chinese Economic Performance in the Long Run*, Paris 1998, p. 40.

Além disso, no recente fórum, “Reexaminando a China do século XVIII”, Kenneth Pomeranz comprova que o chinês comum tinha um padrão de consumo mais alto que os europeus do século XVIII:

A expectativa de vida chinesa (portanto, a nutrição) era aproximadamente a dos níveis ingleses (portanto superior aos continentais) até fins da década de 1700. (A fertilidade chinesa era de fato inferior à da Europa entre 1550 e 1850, enquanto sua população crescia mais rápido; desse modo, a mortalidade deve ter sido baixa.) Além disso, minhas estimativas de “consumo dispensável” revelam-se surpreendentemente altas. O consumo de açúcar fica entre 4,3 e 5,0 libras *per capita*, por volta de 1750 — e muito mais alto em algumas regiões — comparado com apenas 2 libras *per capita* da Europa. A China por volta de 1750 parece ter produzido 6-8 libras de tecido de algodão *per capita*; sua área mais rica, o Delta do Yangzi (população de aproximadamente 31 milhões), na certa produzia entre 12 e 15 libras *per capita*. O Reino Unido, mesmo em 1800, produzia cerca de 13 libras de tecido de algodão, linho e lã somados por residente, e a produção continental talvez fosse inferior à da China.⁶²

Pomeranz também calculou que “o baixo Yangzi parece ter produzido aproximadamente tanto tecido de algodão *per capita* em 1750 quanto o Reino Unido de algodão, lã, linho e seda combinados em 1800 — mais uma enorme quantidade de seda”.⁶³ Além disso, como demonstra Maddison, o PIB chinês em termos absolu-

tos cresceu mais rápido que o da Europa ao longo do século XVIII, aumentando drasticamente sua parcela da renda mundial em 1820.

O estereótipo habitual da história econômica do século XIX é que a Ásia ficou paralisada enquanto a Revolução Industrial impulsionou a Grã-Bretanha, seguida dos Estados Unidos e por fim do resto da Europa Ocidental, a toda velocidade, pelo caminho do crescimento do PIB. Superficialmente, claro, isso é verdade, embora os dados reunidos por Bairoch e Maddison mostrem que a Ásia perdeu sua predominância na economia mundial muito depois do que talvez imagine a maioria de nós. O futuro Terceiro Mundo, dominado pelas economias comerciais e artesanais bastante desenvolvidas da Índia e da China, cedeu terreno de muita má vontade até 1850 (quando ainda gerava 65 por cento do PIB global), mas depois caiu com rapidez cada vez maior durante todo o resto do século XIX (apenas 38 por cento do PIB mundial em 1900 e 22 por cento em 1960).⁶⁴

Tabela 9.3
Parcelas da produção industrial mundial, 1750-1900
(Percentual)

	1750	1800	1830	1860	1880	1900
Europa	23,1	28,0	34,1	53,6	62,0	63,0
Reino Unido	1,9	4,3	9,5	19,9	22,9	18,5
Trópicos	76,8	71,2	63,3	39,2	23,3	13,4
China	32,8	33,3	29,8	19,7	12,5	6,2
Índia	24,5	19,7	17,6	8,6	2,8	1,7

Fonte: Derivado de B. R. Tomlinson, "Economics: The Periphery", em Andrew Porter (ed.), *The Oxford History of the British Empire: The Nineteenth Century*, Oxford 1990, p. 69 (Tabela 3.8).

A desindustrialização da Ásia, pela substituição de mercadoria têxtil de fabricação local por importações do algodão de Lancashire, alcançou o clímax apenas nas décadas após a construção do Palácio de Cristal. "Até 1831", observa Albert Feuerwerker, a "Grã-Bretanha comprou mais 'nankeens' (tecido fabricado em Nanquim e outros lugares na região do baixo Yangzi) todos os anos em que vendeu tecido de fabricação britânica para a China".⁶⁵ A Grã-Bretanha exportou 51 milhões de jardas de tecido para a Ásia em 1831; 995 milhões em 1871; 1 bilhão e 413 milhões em 1879; e 2 bilhões em 1887.⁶⁶

Mas por que a Ásia ficou estagnada? A resposta mecânica é porque vergava sob o peso dos grilhões da tradição e da demografia malthusiana, embora isso não

impedisse que a China dos Chings, cuja taxa de crescimento populacional era quase a mesma que a da Europa, passasse por extraordinário crescimento econômico ao longo do século XVIII. Como afirmou recentemente Jack Goldstone, a "estase" da China é uma "ilusão anacrônica que vem da leitura da história de trás para diante".⁶⁷ A questão relevante não é tanto saber por que a Revolução Industrial ocorreu primeiro na Inglaterra, na Escócia e na Bélgica, mas por que outras regiões avançadas da economia mundial do século XVIII não adaptaram suas manufaturas artesanais às novas condições de produção e competição do século XIX.

Tabela 9.4
Mantendo a posição: China x Europa
Dólares do PIB *per capita* (População em milhões)

	Europa Ocidental		China	
1400	430	(43)	500	(74)
1820	1.034	(122)	500	(342)
1950	4.902	(412)	454	(547)

Fonte: Lu Aiguo, *China and the Global Economy Since 1840*, Helsinque 2000, p. 56 (Tabela 4.1 derivada de Maddison).

Como Marx gostava de destacar, a visão de história whig apaga inúmeros fatos muito sangrentos. Os teares da Índia e da China foram derrotados não tanto pela competição de mercado quanto pelo violento desmantelamento causado por guerra, invasão, ópio e um sistema de tarifas de mão única imposto por Lancashire. (Já em 1850, as impostas importações de ópio indiano haviam escoado para fora do país 11 por cento da provisão de dinheiro da China e 13 por cento do seu estoque de prata).⁶⁸ Quaisquer que fossem os freios internos ao rápido crescimento econômico na Ásia, na América Latina ou na África, é incontestável que, de mais ou menos 1780 ou 1800 em diante, toda tentativa séria de uma sociedade não-ocidental para implantar um projeto de desenvolvimento ou criar regras de comércio era acompanhada de uma resposta militar, assim como uma resposta econômica, de Londres ou de uma capital imperial competitiva. O Japão, incitado pelos navios negros de Perry, é a exceção que comprova a regra.

O uso de força para configurar uma economia mundial "liberal" — (como afirmou Marx e depois Rosa Luxemburgo) é do que tratava a *Pax Britannica*. Palmerston abriu caminho para Cobden. Os vitorianos, segundo os cálculos de Brian Bond, recorreram às canhoneiras em pelo menos setenta e cinco ocasiões

diferentes.⁶⁹ Os simultâneos triunfos britânicos no Motim e na Guerra da “Seta” em 1858, junto com a rendição do Japão a Perry no mesmo ano, foram as notáveis vitórias sobre a autonomia econômica asiática que tornaram possível o mundo do livre comércio na segunda metade do século XIX. (A Tailândia já concedera uma tarifa de 3 por cento em 1855.)⁷⁰ A Revolução de Taiping — “mais revolucionária em suas metas do que a Restauração Meiji, insistindo na igualdade de gênero e democratizando a alfabetização” — foi uma gigantesca tentativa de reverter esse veredicto, e, claro, foi derrotada apenas graças aos recursos e aos mercenários que a Grã-Bretanha forneceu aos chings cercados de inimigos.⁷¹

Isso não é afirmar que a Revolução Industrial necessariamente dependeu da conquista colonial ou da subjugação econômica da Ásia; ao contrário, o comércio de escravos e as plantações do Novo Mundo foram fontes muito mais estratégicas de capital líquido e recursos naturais que impulsionaram a decolagem industrial na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos. Embora Ralph Davis afirmasse que os despojos de Plessy contribuíssem em termos decisivos para a estabilidade da ordem georgiana em uma era de revolução, o faturamento da Companhia da Índia Oriental foi troco miúdo comparado ao grande fluxo transatlântico de bens e capital.⁷² Só os Países Baixos, parece, dependeram crucialmente do tributo asiático — os lucros de seu brutal *culturrstelsel* — para financiar sua recuperação econômica e industrialização incipiente entre 1830 e 1850.

Paradoxalmente, o mais importante “momento” da Ásia das monções na economia mundial vitoriana não foi no princípio da época, mas próximo ao seu fim. “O valor total do governo britânico, o retorno dos investimentos políticos feitos primeiramente no século XVIII”, escrevem Cain e Hopkins em sua influente história do imperialismo britânico, “só foi percebido na segunda metade do século XIX, quando a Índia se tornou um mercado vital para os produtos de algodão de Lancashire e quando outros interesses especializados, como os fabricantes de juta em Dundee e os produtores de aço em Sheffield, também aumentaram em muito sua aposta no subcontinente”.⁷³ As expropriações da riqueza da Índia e da China não foram essenciais para a hegemonia britânica, mas foram absolutamente cruciais para adiar seu declínio.

A economia mundial de fins da era vitoriana

Durante o prolongado período de crescimento intermitente de 1873 a 1896 (que os historiadores econômicos enganosamente chamavam de a “Grande Depressão”),

a taxa de formação de capital e de aumento da produtividade tanto da mão-de-obra quanto do capital na Grã-Bretanha começou a apresentar uma dramática redução de velocidade.⁷⁴ Permaneceu amarrada a produtos e tecnologias obsoletas, enquanto por trás de suas barreiras tarifárias a Alemanha e os Estados Unidos forjavam a liderança nas determinantes indústrias do petróleo, química e elétrica. Como as importações britânicas e o investimento estrangeiro continuaram dinamizando o crescimento local da Austrália à Dinamarca, a potencial “tesoura” entre produtividade e consumo do Reino Unido ameaçou toda a estrutura do comércio mundial. Foi nessa conjuntura que os famintos camponeses indianos e chineses se tornaram os improváveis salvadores. Durante uma geração eles apoiaram todo o sistema de assentamentos internacional, permitindo que a continuada supremacia financeira da Inglaterra coexistisse temporariamente com seu relativo declínio industrial. Como enfatiza Giovanni Arrighi: “O grande excedente na balança de pagamentos indiana tornou-se o pivô da reprodução aumentada dos processos de acumulação de capital em escala mundial da Grã-Bretanha e do domínio das finanças mundiais por Londres.”⁷⁵

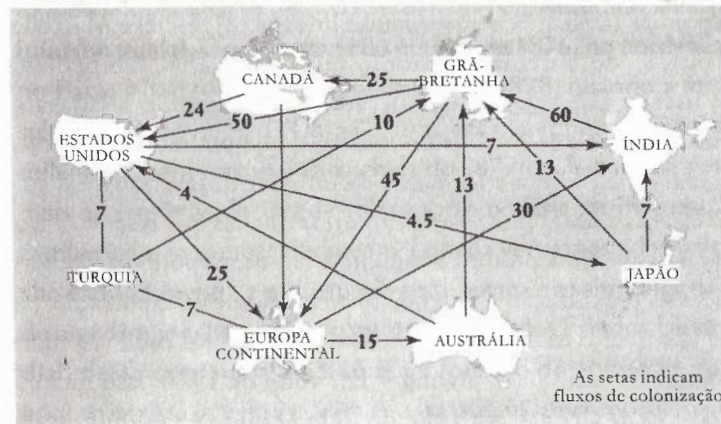


Figura 9.1 Sistema mundial de colonizações, 1910 (Milhões de £)

Fonte: S. Saul, *Studies in British Overseas Trade, 1870-1914*, Liverpool 1960, p. 58.

A operação desse crucial circuito era simples e engenhosa. A Grã-Bretanha tinha em suas transações com a Índia e a China enormes excedentes anuais que lhe permitiam sustentar déficits igualmente grandes com os Estados Unidos, a Alemanha e os Domínios brancos. É verdade que a Grã-Bretanha também tinha pequenos lucros com o transporte marítimo, seguros, atividade bancária e inves-

timento estrangeiro, mas sem a Ásia, que gerava 73 por cento do crédito comercial britânico em 1910, afirma Anthony Latham, a Grã-Bretanha “possivelmente teria sido obrigada a abandonar o livre comércio”, enquanto seus parceiros comerciais teriam sido obrigados a diminuir o ritmo de sua própria industrialização. A economia mundial liberal poderia, caso contrário, ter-se fragmentado em blocos comerciais autárquicos, como o fez mais tarde durante a década de 1930:

Os Estados Unidos e a Europa industrial, em particular a Alemanha, só conseguiram continuar sua política de proteção tarifária por causa do excedente da Grã-Bretanha com a Ásia. Sem aquele excedente asiático a Grã-Bretanha não teria mais como subsidiar seu crescimento. Portanto, o que vem à tona é que a Ásia, em geral, mas a Índia e a China, em particular, longe de serem periféricas para a evolução da economia internacional nessa época, foram de fato cruciais. Sem os excedentes que a Inglaterra conseguia ter ali, todo o padrão de desenvolvimento econômico internacional teria sido seriamente comprometido.⁷⁶

A Índia, claro, foi o maior mercado cativo da história mundial, subindo do terceiro para o primeiro lugar entre os consumidores de produtos britânicos no quarto de século depois de 1870.⁷⁷ “Os governantes britânicos”, escreve Marcello de Cecco em seu estudo do sistema de padrão ouro vitoriano, “impediam deliberadamente os indianos de se tornarem mecânicos qualificados, recusavam contratos para firmas indianas que produziam materiais que podiam ser obtidos na Inglaterra e em geral dificultavam a formação de uma estrutura industrial autônoma na Índia”.⁷⁸ Graças a uma “política de empórios oficiais que reservavam a maioria das compras do governo a produtos britânicos e o monopólio pelas casas franqueadas britânicas da organização do comércio de importação/exportação”, a Índia foi obrigada a absorver o excedente de produtos industriais cada vez mais obsoletos e não competitivos da Grã-Bretanha.⁷⁹ Por volta de 1910, isso incluía dois quintos dos produtos de algodão acabados do Reino Unido e três quintos de suas exportações de produtos elétricos, equipamentos para estradas de ferro, livros e produtos farmacêuticos. Em consequência, observa Cecco, a Grã-Bretanha evitou “ter de reestruturar sua indústria e conseguiu investir seu capital nos países em que obtinha o mais alto retorno”. Graças à Índia, “os financistas britânicos não eram obrigados a ‘amarrar’ seus empréstimos às exportações britânicas, porque o mercado imperial sempre estava disponível para os produtos britânicos”.⁸⁰

O subcontinente foi igualmente importante para os proprietários de terras. A crise da agricultura inglesa, detonada pelo clima em fins da década de 1870, e o

posterior declínio da produção agrícola produziram uma abrupta queda nos aluguéis agrícolas na Inglaterra e no País de Gales, de 53 milhões de libras esterlinas em 1876, para apenas 37 milhões em 1910.⁸¹ O exército e as sinecuras do funcionalismo público indianos eram reconhecidamente famosos por salvar as fortunas da aristocracia latifundiária da Grã-Bretanha. Mas, como afirmaram Cain e Hopkins em defesa de um “capitalismo cavalheiresco” hegemônico, pilhagens ainda muito maiores retornavam às classes médias de Londres e dos condados internos, como juros garantidos pelo governo de debêntures e títulos indianos investidos em via férrea. “Essa clientela de investidores sulistas e seus representantes institucionais na atividade bancária e transporte deixou-se levar de pronto pela bandeira do Império e deu completo apoio às políticas do livre comércio e dinheiro vivo. Se o governo britânico na Índia foi útil para a indústria britânica, foi vital para o investimento britânico”.⁸² Como assinala Hobsbawm, “nem sequer os partidários do livre comércio desejavam ver essa mina de ouro escapar do controle britânico”.⁸³

Mas como, em um período de fome, poderia o subcontinente permitir-se subsidiar a repentinamente precária supremacia comercial de seu conquistador?⁸⁴ Simplesmente, não poderia, e a Índia foi obrigada a ingressar no mercado mundial, como veremos, por políticas de renda e de irrigação que forçaram os fazendeiros a produzir para o consumo externo ao preço de sua própria garantia alimentar. Esse impulso de exportação foi a marca da estratégia de finanças públicas introduzida por James Wilson — fundador de *The Economist* e membro das finanças do Conselho da Índia — nos primeiros anos do governo direto. A abertura do Canal de Suez e o crescimento do transporte de cargas a vapor reduziram drasticamente os custos de transporte do grosso dos produtos de exportação do subcontinente. Em consequência, o comércio externo da Índia transportado por mar aumentou mais de oito vezes entre 1840 e 1886.⁸⁵ Além do cultivo de ópio em Bengala, novas monoculturas de exportação de índigo, algodão, trigo e arroz ocuparam milhões de hectares de culturas de subsistência. Parte dessa produção, claro, destinou-se a assegurar os baixos preços dos grãos na metrópole, após a ruína financeira da agricultura inglesa na década de 1870. Entre 1875 e 1900, anos que incluíram as piores fomes da história indiana, as exportações anuais de grãos aumentaram de 3 milhões para 10 milhões de toneladas: quantidade que, como observou Romesh Dutt, equivalia à nutrição anual de 25 milhões de pessoas. Por volta da virada do século, a Índia fornecia quase um quinto do consumo de trigo da Grã-Bretanha, além de permitir que os comerciantes de grãos de Londres especulassem durante as faltas no Continente.⁸⁶

Mas a contribuição ainda mais decisiva da agricultura indiana para o sistema imperial, com o primeiro envio ilegal de ópio pela Companhia da Índia Oriental para Cantão foi a renda que produziu no resto do Hemisfério oriental. Em especial nas décadas de 1880 e 1890, os permanentes comércio e desequilíbrio na corrente do subcontinente com a Grã-Bretanha foram financiados por seus excedentes no comércio de ópio, arroz e fios de algodão com o resto da Ásia. Na verdade, a sistemática exploração da Índia pela Inglaterra dependeu em grande parte da exploração comercial da China pela Índia.

Esse comércio triangular entre a Índia, a China e a Grã-Bretanha teve uma importância econômica estratégica no sistema mundial vitoriano que transcendeu outros fluxos de comércio muito maiores. Embora a China gerasse apenas minúsculo 1,3 por cento do volume total do comércio mundial em fins do século XIX, isso foi imensamente valioso para o Império Britânico, que monopolizava 80 por cento do comércio externo total da China nas décadas de 1860 e 60 por cento já em 1899. (As firmas britânicas, que controlavam dois terços do transporte costeiro, também conseguiram uma importante fatia do comércio interno da China.)⁸⁷

Desde o início do século XIX, a Companhia da Índia Oriental dependera das exportações de ópio de Bengala para Cantão (que em 1832 gerou um lucro líquido de “pelo menos quatorze vezes o capital inicial”) para financiar os crescentes déficits produzidos por suas caras operações militares no subcontinente. Por aumentarem violentamente a demanda chinesa de narcótico e, desse modo, os impostos cobrados sobre sua exportação, as duas Guerras do Ópio (1839-42 e 1856-58) e o punitivo Tratado de Tianjin (1858) revolucionaram a base de renda da Índia britânica. “O ópio”, diz John Wong, “mantinha o custo da expansão imperial na Índia”.⁸⁸ Os carregamentos de ópio da Índia alcançaram um pico de 87 mil caixas em 1879, a maior transação de drogas da história mundial.⁸⁹

Esse comércio extraordinariamente unilateral — em 1868 a Índia fornecia mais de 35 por cento das importações da China, mas comprava menos de 1 por cento de suas exportações — também subsidiou as importações de algodão dos EUA que abasteceram a revolução industrial em Lancashire.⁹⁰ “A venda de ópio de Bengala para a China”, explica Latham, “era um grande elo na corrente de comércio com que a Grã-Bretanha cercara o mundo. A corrente funcionava da seguinte maneira: o Reino Unido pagava aos Estados Unidos pelo algodão com títulos do Banco da Inglaterra. Os americanos levavam alguns desses títulos para Cantão e trocavam-nos por chá. Os chineses permutavam os títulos pelo ópio indiano. Alguns dos títulos eram remetidos para a Inglaterra como lucro; outros levados para a Índia a fim de comprar mercado-

rias adicionais, assim como garantir a remessa de dinheiro de investimentos privados na Índia e os fundos para continuar mantendo o governo indiano em casa”.⁹¹

Quando, depois de 1880, os chineses recorreram não oficialmente ao cultivo doméstico de ópio (um exemplo antecipado de “substituição de importações”) para reduzir seu déficit comercial, a Índia britânica descobriu uma nova e lucrativa vantagem na exportação de algodão tecido em fábrica, o que, como veremos, teve um devastador impacto nos têxteis tradicionais chineses.

Além disso, em fins do século XIX, a própria Grã-Bretanha começou a ter um substancial superávit no comércio da China. A Segunda Guerra do Ópio — ou Guerra da “Seta” —, que decuplicou as exportações britânicas para a China em uma única década, foi o acontecimento decisivo.⁹² O dominante papel da Grã-Bretanha no comércio externo chinês, construído por narcotraficantes vitorianos com canhoneiras, assim influenciou todo o império de livre comércio. “A China”, resume Latham, “diretamente através da Grã-Bretanha e indiretamente através da Índia, possibilitou à Grã-Bretanha sustentar seus déficits com os Estados Unidos e a Europa dos quais os países dependiam como estímulo às exportações e, no caso dos Estados Unidos, algum volume de influxo de capital”.⁹³

Além disso, a China foi obrigada, pelas baionetas, a ceder o controle sobre as tarifas ao inspetor-geral britânico da Administração da Alfândega Marítima Imperial, na verdade um procônsul imperial que “passou a exercer maior influência no Ministério do Exterior do que o ministro britânico em Pequim”.⁹⁴ O déficit comercial cada vez maior da China tornou-se inadmissível em 1884. “Sequer um único ano [durante todo o resto do século XIX] apresentou um excedente; o déficit médio anual subiu para 26,6 milhões de taéis — aproximadamente 10 por cento do comércio total anual, embora mais de 20 por cento das importações anuais ou pouco menos de 30 por cento das exportações anuais”.⁹⁵ Entre seus tradicionais monopólios, o chá era vendido a preços mais baixos no mercado mundial por causa da produção indiana, enquanto a seda japonesa competia com as famosas marcas do sul da China. Ao contrário da Índia, a China não conseguiu financiar nada de seu “consistente e crescente déficit global” por meio de excedentes comerciais com uma terceira parte, nem conseguiu obter rendas compensatórias, como a Grã-Bretanha, de suas colônias estrangeiras. Em consequência, os chings se tornaram cada vez mais dependentes das remessas de dinheiro dos 5 milhões de emigrantes chineses no Sudeste Asiático, Oceania, Peru, Caribe e Estados Unidos.⁹⁶ Embora manifestasse publicamente seu desgosto com o comércio dos cules, o governo não teve outra alternativa a não ser colaborar com sua expansão. O chamado “perigo amarelo”, que

escritores ingleses ajudariam a popularizar, foi, portanto, uma conseqüência direta do subsídio cada vez maior da Ásia à vacilante hegemonia britânica. Os agricultores e trabalhadores chineses das vias férreas, como os camponeses indianos, equilibraram as contas da Inglaterra em suas costas curvadas.

Militarismo e o padrão-ouro

Além de estarem na ponta perdedora do imperialismo de livre comércio, as economias indianas e chinesas também foram estranguladas por despesas militares e o padrão-ouro. Na era vitoriana, nenhum dos outros principais países se viu obrigado a dedicar tão grandes parcelas de sua receita nacional à guerra. A Índia, já atrelada à responsabilidade de uma enorme dívida pública que incluía reembolsar os acionistas da Companhia da Índia Oriental e pagar os custos da revolta de 1857, também teve de financiar a supremacia militar britânica na Ásia. Além da incessante guerra por procuração com a Rússia na fronteira afegã, os indianos comuns também pagaram pelas aventuras do Exército Indiano em terras distantes, como a pilhagem de Pequim (1860), a invasão da Etiópia (1868), a ocupação do Egito (1882) e a conquista do Sudão (1896-98). Em conseqüência, as despesas militares nunca eram inferiores a 25 por cento (ou 34 por cento, incluindo a polícia) do orçamento anual indiano, e os vice-reis viviam procurando caminhos criativos a fim de roubar para o exército dinheiro de outras rubricas do orçamento, até mesmo do Fundo da Fome. A Inglaterra vitoriana, por outro lado, jamais gastava mais de 3 por cento do seu produto nacional líquido com exército e marinha, uma situação fortuita que diminuiu consideravelmente as tensões internas em relação ao imperialismo.⁹⁷

O caso chinês, claro, foi ainda mais extremo. De 1850 a 1873, a China ardia em chamas com conflitos sociais e étnicos numa escala que excedia totalmente a contemporânea Guerra Civil americana. Como reconheceu a maioria dos historiadores, grande parte dessa carnificina era fruto da recessão estrutural e da crescente insegurança que se seguiram à Primeira Guerra do Ópio. As conseqüências fiscais da guerra civil épica, por sua vez, foram enormes.⁹⁸ Os revolucionários de Taiping e seus aliados da Tríade durante vários anos cortaram Pequim das receitas de meia dúzia de províncias meridionais. Os rebeldes de Nian ao mesmo tempo perturbaram a administração em grandes áreas de quatro províncias do norte, enquanto uma revolta muçulmana em Gansu e Shaanxi se intensificou, tornando-se uma guerra assustadora e imensamente cara de extermínio étnico. Nos piores anos, 75 por cen-

to do orçamento imperial foram gastos com a manutenção de enormes exércitos de campo (sem, contudo, levar à verdadeira modernização militar).⁹⁹ Os chocantes custos de sua sobrevivência obrigaram os chings, na frase de Pomeranz, a “triar” as despesas do Estado entre as regiões. Eles acabaram preferindo favorecer as cidades costeiras, onde, embora as receitas alfandegárias aumentassem com grande rapidez, a soberania estava muito ameaçada, à ampla economia de subsistência no interior do norte da China. Como veremos adiante, o fato de os chings abandonarem as obrigações imperiais do controle de inundação e navegação de canais, essenciais para a segurança ecológica da planície do Rio Amarelo, teve, como era previsível, catastróficas conseqüências quando o ciclo de ENSO se intensificou em fins do século XIX.

As duas grandes nações da Ásia também foram vitimadas pelo novo sistema monetário internacional estabelecido na década de 1870. Embora a Grã-Bretanha adotasse o padrão-ouro em 1821, o resto do mundo agarrou-se ao padrão prata ou a um sistema bimetálico. A oferta e a demanda dos dois metais eram relativamente estáveis, com flutuações apenas secundárias na taxa de câmbio. Contudo, após derrotar a França em 1871 a Alemanha mudou para o ouro e logo foi seguida pelos Estados Unidos, o resto da Europa e por fim o Japão. O imenso volume de prata desmonetizada inundou o mercado mundial, desvalorizando a moeda corrente da Índia e da China, as principais nações fora do bloco hegemônico do ouro. (A Índia começou a transferir-se para o padrão-ouro depois de 1893.)

Como mostrou John McGuire, o concessionário Banco da Índia com agências em Londres, Austrália e China, e que financiava grande parte do comércio indiano, exercia sobre a política monetária indiana o mesmo tipo de influência quase estatal que a Câmara de Comércio de Manchester sobre a agricultura indiana. Manter a rupia vinculada à prata garantiu óbvias vantagens para a Grã-Bretanha, pois o valor de suas exportações (cotadas em ouro) para a Índia aumentava, enquanto o das importações (cotadas em prata) diminuía. “De 1873 a 1895, a rupia caiu de um valor indexado de ouro de 100 para um valor indexado de 64”.¹⁰⁰ Como os “custos internos” da Índia — pagamentos anuais a Londres por pensões, guerras de fronteira, dívida pública, o escritório do secretário de Estado e assim por diante — eram fixadas em ouro, a desvalorização da rupia de prata custou aos indianos cerca de 105 milhões de libras esterlinas adicionais entre 1874 e 1894.¹⁰¹

Estima-se do mesmo modo que o padrão-ouro eliminou um quarto do poder de compra dos ornamentos de prata que constituíam a poupança das pessoas comuns.¹⁰² Enquanto o preço de exportação, cotado em ouro, dos grãos indianos permanecia estável, a favor dos consumidores britânicos, seu custo doméstico em rupias

era visivelmente inflacionado em detrimento dos indianos pobres.¹⁰³ Como assinou Sir William Wedderburn: “Os camponeses indianos em geral tinham três salvaguardas contra a fome: (a) provisões domésticas de grãos, (b) ornamentos de família e (c) crédito com o agiota da aldeia, que também era o comerciante de grãos. Mas próximo ao fim do século XIX, todas foram perdidas pelos camponeses”.¹⁰⁴

Historiadores econômicos celebram a ironia dos indianos empobrecidos fornecendo um fluxo de crédito barato para a Grã-Bretanha. Embora “em toda estação de colheitas”, escreve Cecco, as “taxas de juros indianas disparassem vertiginosamente para níveis insuportáveis”, os bancos da Presidência de propriedade britânica “recebiam depósitos do governo e de outros órgãos públicos, sem pagar por eles um único aná de juros”. Além disso, “as reservas em que se baseava o sistema monetário indiano proporcionavam uma grande *masse de manoeuvre* que as autoridades monetárias britânicas podiam usar para suplementar suas próprias reservas e manter Londres como o centro do sistema monetário internacional”.¹⁰⁵ Krishnendu Ray amplia essa afirmação: “Impedindo a Índia de transformar seus excedentes anuais em reservas de ouro, o Departamento da Índia contribuía para manter baixas as taxas de juros britânicas. Os bancos ingleses obtinham empréstimos do Departamento da Índia a 2 por cento e reinvestiam no mercado de Londres a 3 por cento”.¹⁰⁶ Ainda mais importante, a política monetária era usada, na frase de Dieter Rothermund, “para esvaziar a produção da Índia”. Até as exigências fiscais forçarem uma desmonetização parcial da prata em 1893, a inflação muito auxiliou a campanha britânica no recrutamento de camponeses para a produção de bens de exportação como trigo, índigo, ópio e juta, que ajudaram a equilibrar as contas do Império.

Em uma época anterior, os holandeses haviam adotado o método deliberado de extorquir de Java safras para o mercado circulando uma grande quantia em moedas de cobre sem valor. Na Índia, os britânicos não precisaram fazer isso de forma deliberada, porque a simples manutenção das Casas da Moeda abertas ao fluxo livre da prata em desvalorização conseguiu praticamente o mesmo resultado. A administração do crédito facilitou a extração de safras de mercado. Pelo adiantamento de dinheiro aos camponeses que mantinham plantações para exportação, os britânicos e seus agentes adquiriam por antecipação a capacidade produtiva da agricultura da Índia. A área destinada a safras de mercado se expandia mesmo nas ocasiões em que os grãos alimentícios para o consumo interno teriam rendido um preço melhor. O que era cultivado para exportação tinha de ser classificado como safra de mercado nesse contexto. A depreciação da moeda corrente e a aquisição

antecipada da capacidade produtiva de grandes extensões do país combinavam-se de modo a alcançar o milagre de que a Índia pudesse exportar produtos a preços “estáveis” mesmo em uma época em que fomes severas atormentavam o país. Absorvendo a prata e exportando o trigo pelo menor preço, a Índia funcionou como um amortecedor na base da economia mundial de fins do século XIX.¹⁰⁷

No caso da China, o choque do padrão-ouro em fins da década de 1870 agravou o caos monetário herdado das guerras civis das décadas de 1850 e 1860. Impotentes para deter o dreno da prata que os britânicos haviam engendrado com a imposição do comércio de ópio, os chings também perderam o controle de seu fornecimento interno de cobre na década de 1860, quando rebeldes muçulmanos ocuparam as famosas minas de Yunnan. Em consequência, Pequim teve de financiar sua luta pela sobrevivência emitindo papel-moeda de valor insignificante e remetendo sistematicamente dinheiro em cobre sob cotações mais altas. A desvalorização do dinheiro baseado em prata produziu estragos particularmente nas províncias do Rio Amarelo, onde estimados 99 por cento das trocas eram em cobre (contra apenas 30 por cento no Delta do Yangzi).¹⁰⁸ Visto que as rendas geradas por impostos territoriais ainda eram avaliadas em prata, a manutenção do alto preço do metal — como enfatizou Mary Wright — impediu a posterior tentativa dos restauradores tongzhis, em fins da década de 1860, de conquistar a lealdade do campesinato por meio de um aperfeiçoamento do fardo fiscal.¹⁰⁹

A conversão do comércio mundial para o universal padrão-ouro agravou as crises de troca externas e internas da China. Em primeiro lugar, o preço internacional da prata despencou: “No espaço de uma geração, o tael perdera quase dois terços do seu valor de troca”.¹¹⁰ Algumas elites mercantis talvez houvessem se beneficiado da vantagem que os preços internacionais mais baratos deram às suas exportações, sobretudo de chá e produtos de algodão de Xangai. Mas “as importações de países do padrão-ouro se tornaram mais caras, o que foi particularmente grave para o desenvolvimento das ferrovias. O investimento estrangeiro na China também foi desencorajado, por medo de pagamento em um padrão desvalorizado”.¹¹¹

Contudo, justamente porque a crescente dívida comercial da China era financiada pelo fluxo ou “escassez” da prata, o valor interno deste metal de fato subiu em relação à cunhagem de cobre que circulava nas economias de aldeia. Como o país não tinha ouro no comércio internacional (o que era em parte compensado, como vimos, pela relutante exportação de mão-de-obra cule) continuou a desvalorização do dinheiro vivo, em especial no norte. Ali, as pessoas comuns também ficaram

revoltadas, pois para pagar os impostos tiveram de converter seus cobsres em prata, segundo taxas de câmbio muito mais altas do que as da privilegiada fidalguia rural. Uma das principais queixas dos taipings em 1851, a instabilidade monetária também ajudou a fomentar a Rebelião dos Boxers quase meio século depois.¹¹²

O mito de 'malthusia'

Os déficits comerciais impostos à força, as campanhas de exportação que diminuíram a garantia alimentar, a excessiva taxaço e o capital mercantil predatório, o controle estrangeiro sobre as rendas e recursos de desenvolvimento fundamentais, a guerra crônica imperial e civil, um padrão-ouro que bateu as carteiras dos camponeses asiáticos: essas foram as modalidades fundamentais pelas quais o fardo do "ajuste estrutural" na economia mundial de fins da era vitoriana da Europa e da América do Norte foi transferida para os agricultores nas "periferias" recém-cunhadas. Mas, sem a menor dúvida, também devemos admitir que a demografia — sobretudo na Índia e na China, onde os sistemas de divisão de herança eram a regra — desempenhou importante papel na diminuição da garantia alimentar no século XIX.

Malthus continua sendo uma figura poderosa pelo menos entre a geração mais velha de historiadores econômicos. W. Arthur Lewis, de Princeton, uma das principais autoridades em economia mundial do século XIX, viu, em um influente estudo de 1978, como algo natural que a causa por trás da fome na Índia vitoriana não foi a "sangria de riquezas" para a Inglaterra, como alegado por críticos contemporâneos, mas "uma grande população que continuava vivendo no nível de subsistência em terras marginais inadequadamente irrigadas, sem uma lucrativa produção para o mercado."¹¹³ De modo semelhante, a historiografia de fins da China imperial foi perseguida pelo espectro da "involução agrícola" e a chamada "armadilha do equilíbrio de alto nível" — ambos eufemismos para como a suposta explosão populacional do século XVIII espremeu a terra arável até o limiar da fome crônica.

Estudos recentes oferecem um retrato mais complexo da relação entre demografia e subsistência na Ásia. (Malthus não está em questão nos casos do Brasil e da África, onde era alta a proporção de terra/população e crônica a falta de mão-de-obra até pelo menos meados do século XX.) Como assinala Charlesworth: "É incontestável que, em termos absolutos, a terra dificilmente estava sob grande pressão da população no Deccan de início do período britânico". Até o fim da década de 1840, pelo menos, "apenas cerca da metade das terras cultiváveis na maioria dos distritos do Deccan, se-

gundo as estimativas britânicas formais, era cultivada".¹¹⁴ Embora a população crescesse rapidamente nas décadas de 1850 e 1860, em parte como resultado da expansão do algodão, o impulso demográfico teve uma interrupção abrupta com a catástrofe de 1876. Na Índia como um todo, durante a metade do século, entre 1870 e 1920, houve apenas uma única década (1880) de significativo crescimento populacional. (A porcentagem da população mundial do sul da Ásia diminuiu de 23 a 20 por cento, de 1750 a 1900), enquanto a da Europa subiu de 17 a 21 por cento.¹¹⁵

Estudos de casos modernos corroboram a posição de críticos nacionalistas do Raj, como G. V. Josh, que afirmou em 1890 que "o problema da Índia não está tanto em uma presumida superpopulação quanto no admitido e patente problema da subprodução". (Josh estimou que a metade das poupanças líquidas da Índia era confiscada como rendas.)¹¹⁶ Se os agricultores do Deccan e de outras regiões propensas à seca foram implacavelmente empurrados para terras marginais, onde eram inevitáveis a baixa produtividade e as quebras de safras, o culpado tinha menor chance de ser a superpopulação do que o "próprio sistema fiscal territorial britânico". Sem dúvida, esta é a constatação de Bagchi, que, depois de uma cuidadosa análise das estatísticas agrícolas coloniais, afirma que as inflexíveis exigências dos cobradores de imposto de uma colheita de "média" a alta "obrigaram os camponeses a cultivar terras marginais e também os forçaram a 'exaurir' suas terras em uma situação em que a maioria deles tinha pequena capacidade de investimento para melhorar a produtividade".¹¹⁷

Do mesmo modo, estudiosos contemporâneos estão revendo em termos drásticos a tradicional imagem de fins da China imperial como uma "esbanjadora demográfica": a incorrigível "malthusia", retratada por gerações de teóricos e demógrafos econômicos.¹¹⁸ Até há pouco tempo, a maioria dos acadêmicos aceitou indícios frágeis de uma explosão populacional do século XVIII que dobrou ou até mesmo triplicou a população da China de 1700. Reducionistas demográficos, contudo, sempre tiveram dificuldade de explicar como um crescimento da população tão claramente "boserupiano" no século XVIII (promovendo uma dinâmica expansão das forças produtivas) podia tornar-se tão implacavelmente malthusiano no século XIX (bloqueando todos os avanços da produtividade). (Esther Boserup, claro, inverteu Malthus num famoso estudo de 1965 para afirmar que o aumento da população foi na verdade o motor, não o freio, do progresso econômico e social.)¹¹⁹ Além disso, há poucos indícios de qualquer aumento de pressão demográfica após o fim da Era de Ouro dos chings. Como observa Maddison, a população da China não era mais alta em 1890 do que em 1820, ao mesmo tempo que a renda *per capita* era significativamente inferior.¹²⁰

Pomeranz, que examinou essa questão no contexto do norte da China, concorda que as pressões populacionais, isoladamente “não explicam por que os problemas ecológicos pioraram muito depois de meados do século XIX”. Sua área de estudo, o Huang-Yun (incluindo regiões de Shandong, Zih e Henan em torno da interseção do Grande Canal e o Rio Amarelo), “após as guerras, inundações e secas do período de 1850-80 (...) só depois de 1949 excedeu significativamente sua população da década de 1840”¹²¹ Além disso, as imensas perdas humanas da revolução de Taiping criaram um vazio demográfico no médio e no baixo Yangzi que foi preenchido depois de 1864 por milhões de imigrantes originários de províncias congestionadas, entre elas Honan e Kiangsu.¹²² Daí em diante, fomes e epidemias, seguidas de guerra e revolução, mantiveram o crescimento da população do norte da China no mínimo até 1948.

Recentemente, alguns especialistas na China dos chings, liderados por F. W. Mote e Martin Heijdra, de Princeton, têm frontalmente desafiado a visão ortodoxa de uma população dobrando ou mesmo triplicando durante o século XVIII. Eles apresentam convincentes parâmetros para uma população no final do período Ming de 250 a 275 milhões, em vez dos 150 milhões convencionalmente aceitos para a demografia dos chings por volta de 1700. O que implica numa taxa de crescimento anual de 0,3 por cento (a mesma da Índia e inferior à média mundial) em vez dos 0,6 a 0,9 por cento afirmados na maioria dos estudos.¹²³ Mais moderado que exponencial, o crescimento populacional durante a Era de Ouro iria por força das circunstâncias alterar as explicações neomalthusianas das posteriores crises do século XIX da China. Como explica cuidadosamente Mote:

A principal implicação no esboço proposto de crescimento populacional sob os chings é que desacredita o que em geral tem sido considerado o mais importante fato demográfico sobre os chings: a idéia de uma “explosão populacional” no século XVIII. Dá-se a esse suposto fenômeno alto valor explicativo em relação a muitos contextos sociais e políticos. Se, contudo, a população não aumentou de repente durante aquele século, mas partiu de um patamar mais alto e cresceu em termos moderados, muitas questões sociais precisam então ser explicadas de outra forma. Por exemplo, os cálculos que usam as mais antigas cifras da população em conjunção com as igualmente suspeitas relativas à terra cultivada dos mings e chings, mostram uma desastrosa queda na proporção de terra cultivada para a população consumidora; a crise implícita nessa proporção de terra produtiva por população deve ser reexaminada. As visões relacionadas com a “população ótima” da China, talvez em si uma idéia suspeita, também precisam ser reanalisadas...¹²⁴

Rejeitar o determinismo demográfico, claro, não significa que os regimes de população não desempenharam um papel na China na crise do século XIX. Ao contrário, é claro que o sucesso da intensificação agrícola na Idade de Ouro encorajou excessiva subdivisão de terra em muitas regiões, assim como recuperações ecológicamente destrutivas de planaltos e pântanos antes não cultivados. Além disso, o crescimento da população muitas vezes parece ter sido concentrado nas áreas mais pobres e ambientalmente mais vulneráveis. As relações locais de recurso x população figurarão desse modo com destaque nas posteriores discussões das crises de subsistência e da vulnerabilidade a desastres no norte da China. Mas o crescimento populacional dificilmente foi a alavanca de Arquimedes da história imaginada por tantos historiadores econômicos.

O déficit da irrigação

Como assinala Pomeranz, a Europa enfrentou pressões demográficas e ecológicas até mais graves no início do século XIX, mas pôde solucioná-las com a ajuda dos recursos naturais do Novo Mundo, volumosa emigração colonial e, por fim, industrialização urbana.¹²⁵ A questão relevante, em outras palavras, é menos a pressão populacional por si do que por qual motivo a Europa Ocidental conseguiu escapar de sua incipiente “armadilha de equilíbrio de nível alto” e a China dos chings não.

Além dos fatores já destacados, há outra variável muitas vezes ausente nas discussões históricas sobre o “subdesenvolvimento”. Se (segundo Pomeranz) o principal “gargalo ecológico” do crescimento econômico na Europa Atlântica no início do século XIX foi o inflexível fornecimento de fibras e madeira de construção, na Índia e na China foi o de água. Como observa Patrick O’Brien, “mais da metade das populações da Ásia, África, e América do Sul talvez tenha subsistido da terra onde o abastecimento de água constituía a principal obrigação para aumentar a produção agrícola”.¹²⁶ Isso foi, claro, bom senso para os “déspotas orientais”, e uma importante realização da Idade de Ouro da dinastia Ching, assim como do apogeu dos mongóis, fora os altos níveis sustentados de investimento de estado e de aldeia no controle de inundações e irrigação. Contudo, como veremos detalhadamente, o século XIX caracterizou-se pelo quase colapso do aperfeiçoamento hidráulico.

“Os tradicionais sistemas de colheita”, enfatiza David Hardiman, “desintegraram-se e desapareceram em grandes regiões da Índia durante o primeiro período colonial [e] as altas taxas de imposto territorial não deixaram excedente algum

para a manutenção eficaz dos sistemas de irrigação".¹²⁷ Apesar do posterior desenvolvimento das célebres colônias-canal do Punjab, a irrigação na Índia britânica não acompanhou a expansão agrícola até a Independência. Na China, enquanto isso, a "irrigação, o abastecimento e o controle da água e as instalações de armazenamento de grãos não se estenderam nem se aperfeiçoaram além dos seus níveis do século XVIII".¹²⁸ Na verdade, a extensão em hectares irrigados diminuiu do seu ponto alto com os chings, de 29,4 por cento dos cultiváveis em 1820 para apenas 18,5 por cento em 1952. No nordeste atingido pela seca do Brasil não houve nenhum apoio de Estado à irrigação.¹²⁹

Esse *déficit de irrigação* derrubou a ilusão malthusiana de "irremediável involução" na China e em outras regiões. Se como resultado da pressão populacional ou de deslocamento pelas safras de exportação a subsistência em todas as três terras foi empurrada para solos mais secos, muitas vezes menos produtivos e altamente vulneráveis aos ciclos da ENSO, sem as paralelas melhorias de irrigação, drenagem ou reflorestamento para garantir a sustentabilidade. As revoluções de produtividade agrícola baseadas em irrigação moderna no norte da Índia e da China (desde 1960), assim como no nordeste (desde 1980), só dramatizam a importância dos recursos hídricos e da capacidade política de assegurar seu desenvolvimento em qualquer discussão sobre "capacidade de sustentação" ou "tetos demográficos".

Em termos mais amplos, é claro que qualquer tentativa de elucidar as origens sociais das crises de subsistência de fins da era vitoriana deve incorporar integralmente as relevantes histórias dos recursos de propriedade comum (bacias hidrográficas, fontes, florestas e pastos) e o capital de despesas gerais sociais (sistemas de controle de irrigação e inundação, silos, canais e estradas). Nos capítulos a seguir, com estudos de casos, afirmo que a *pobreza ecológica* — definida como o esgotamento ou a perda de direito à base de recursos naturais da agricultura tradicional — forma um triângulo causal com a crescente *pobreza familiar* e a *desempacitação do Estado* para explicar tanto o surgimento de um "Terceiro Mundo" quanto sua vulnerabilidade a extremos fenômenos climáticos.¹³⁰

Dez

Índia: a modernização da pobreza

Vamos à raiz da questão. Vamos, ou aqueles dos nossos que podem fazê-lo, acentuar a condição do agricultor indiano em sua casa, e descobrir que causas o empobrecem e o tornam incapaz de poupar. O motivo não é falta de frugalidade ou sobriedade, e tampouco de prudência. O camponês indiano é o mais sóbrio, frugal e prudente na face da Terra.

— Romesh Chunder Dutt

Se a história do governo britânico na Índia precisasse ser condensada em um único fato, este é o seguinte: não houve nenhum aumento de renda *per capita* na Índia de 1757 até 1947.¹ Na verdade, na última metade do século XIX, a renda provavelmente diminuiu em mais de 50 por cento.² Não houve sequer desenvolvimento econômico em todo o sentido normal do termo. "As cifras da produção global estáticas", acrescenta Tomlinson, "não significam que a produção em toda parte estava estagnada, mas, em vez disso, que as forças progressivas foram sempre anuladas pelas regressivas, e que os períodos de dinamismo se intercalaram com períodos de estagnação".³ Os célebres surtos de safras para o mercado combinaram-se com diminuição da produtividade agrária e da garantia alimentar. Em grande parte da região produtora de algodão do sul do Deccan, por exemplo, a produção por hectare de alimentos no final da soberania indiana do Raj caíram para algo entre apenas dois terços e metade do nível médio de 1870.⁴ Além disso, na era de Kipling, aquela "gloriosa metade do século imperial" de 1872 até 1921, a expectativa de vida dos indianos comuns caiu chocantes 20 por cento, uma deterioração na saú-